



diálogos do
COTIDIANO

ASSISTENTE
SOCIAL

CADERNO 2



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

BRÁSILIA (DF), 2022

Diálogos do cotidiano – Assistente social

Reflexões sobre o trabalho profissional

Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional

CADERNO 2

CFESS, Brasília (DF), 2022

Organização

Comissão de Comunicação:

Emilly Marques, Elizabeth Borges, Lylia Rojas, Kênia Figueiredo, Agnaldo Knevez.

Revisão

Assessoria de Comunicação do CFESS – Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Projeto gráfico e capa

Rafael Werkema

Diagramação

Feeling Propaganda

ISBN 978-65-86322-09-5

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)

Presidente: Elizabeth Borges (BA)

Vice-presidente: Maria Rocha (PA)

1ª Secretária: Dácia Teles (RJ)

2ª Secretária: Carla Pereira (MG)

1ª Tesoureira: Kelly Melatti (SP)

2ª Tesoureira: Francieli Borsato (MS)

Conselho Fiscal

Lylia Rojas (AL)

Priscila Cordeiro (PE)

Alessandra Dias (AP)

Suplentes

Elaine Pelaez (RJ)

Mauricleia Santos (SP)

Aginaldo Knevitz (RS)

Dilma Franclin (BA)

Emilly Marques (ES)

Ruth Bittencourt (CE)

Eunice Damasceno (MA)

Kênia Figueiredo (DF)

—

Nosso endereço

Sector Hoteleiro Sul (SHS) Quadra 6 - Bloco E Complexo Brasil 21 - 20º andar

CEP: 70322-915 - Brasília - DF Tel: (61) 3223-1652 / cfess@cfess.org.br / [www.](http://www.cfess.org.br)

cfess.org.br

Sumário

- 9 **Apresentação**
- 12 **O Brasil atual e tragédia bolsonarista:
elementos históricos e conjunturais para
pensar o projeto ético-político**
Marcelo Braz
- 41 **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes
sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**
Márcia Campos Eurico

Apresentação

Seguindo o rastro do sucesso de nosso lançamento da série **Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional**, com o primeiro caderno centrando a análise no decifrar da conjuntura, para encontrar o caminho para as estratégias de ações coletivas. Neste segundo caderno, a análise se atualiza no contexto das eleições gerais no país e nos desafios profissionais para enfrentar temas áridos e insolentes. Esta é a intenção desta publicação: oferecer subsídios e provocar debates relacionados aos temas com os quais a profissão contribui com suas análises críticas, no enfrentamento das históricas desigualdades de raça, classe, gênero, geração, construindo estratégias anticapitalistas, antirracistas, anticapacitistas e contra todas as formas de expressão dos conservadorismos.

Conforme explicitamos no Caderno 1, a gestão do CFESS *Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social* (2020-2023) tomou a decisão de levar os temas instigantes para um processo de diálogos internos, externos e no Conjunto CFESS-CRESS, de modo a contribuir com as discussões e debates sobre o trabalho profissional, considerando-o como expressão do trabalho na sociabilidade capitalista, uma particularidade a ser estudada e uma realidade no universo das políticas públicas. Ao encontrar o cerne da questão, resolvemos potencializar o papel pedagógico da reflexão, da orientação e também da problematização, de modo a mobilizar a força criativa da autonomia profissional.

As inquietações vivenciadas numa conjuntura adversa devem ser ouvidas e trabalhadas a partir do “tempo miúdo” (YAZBEK), para lhes dar significado histórico numa totalidade social, econômica, política. Mais do que regulamentações e enquadramentos, as requisições institucionais devem ser processadas num ambiente profissional, buscando dar respostas qualificadas. Assim, a gestão traçou como plano uma série de debates, com vistas a contribuir com o processo de amadurecimento crítico da categoria profissional.

Conjunturalmente, o segundo semestre de 2022 foi atravessado por um duro processo eleitoral, que incitou a participação de assistentes sociais

em defesa da democracia e das políticas públicas. Em nota no segundo turno das eleições, posicionamos preocupação com “a nossa frágil democracia [que] vem sendo ameaçada diariamente, por ações e reações de grupos ou pessoas que praticam violências contra nossos corpos, alvos de discriminações, preconceitos, violações diversas, sendo eliminados e atacados. Vivemos ou revivemos tempos de intolerância, fanatismo, misticismo, com instigação de ódios de gênero, de diversidade sexual, de raça-cor e tantas outras. São situações que revelam nosso país dividido pela disputa de projetos societários, com mares revoltos e rumos incertos”.

Assim, o atualíssimo primeiro texto deste caderno, de autoria do professor Marcelo Braz, nos brinda trazendo elementos históricos e conjunturais para pensarmos o projeto ético-político nesse cenário após as eleições, em que autor analisa a extrema-direita e como tendências antidemocráticas criaram “uma convergência entre um *neoliberalismo radicalizado* e um *neoconservadorismo reacionário*”. Em sua densa análise do cenário brasileiro, nos convoca a pensar nossas possibilidades político-profissionais, sem ilusões com a democracia liberal e diante de enormes desafios a serem enfrentados por toda a classe trabalhadora, diante de precarizadas relações de trabalho e os novos contornos da luta de classes. Reforça a contribuição do Serviço Social no enfrentamento da extrema-direita e a necessidade de pensarmos nossa profissão na contemporaneidade, na perspectiva de preservação do projeto ético-político e de contribuições para construção do Brasil democrático.

O segundo texto, a Nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia, escrita pela professora Márcia Campos Eurico, também reforça as contribuições do Serviço Social no enfrentamento de questões históricas e estruturais de nosso país, como o racismo. Enfatiza como as atribuições profissionais de assistentes sociais precisam contribuir para reduzir os impactos do racismo institucional e ter uma ação comprometida com a luta antirracista. Lançar essa nota em um ano em que vivenciamos a retomada de ações presenciais, como o 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, fórum máximo deliberativo de assistentes sociais, que ocorreu “na terra de Dandara e Zumbi” e ficou marcado pela continuidade do debate étnico-racial e pela emocionante

Carta das/os assistentes sociais e dos Comitês de Luta Antirracista ao Conjunto CFESS-CRESS, em que, dentre outras questões, reivindica que “a luta e o exercício profissional antirracista sejam incorporados de forma estruturante na formação e trabalho profissional de assistentes sociais”; cumpre um importante papel político-pedagógico e orientador, pois, conforme brilhantemente a autora destaca, o quesito raça/cor/etnia reflete escolhas ético-políticas que devem coadunar com os princípios preconizados em nosso Código de Ética Profissional e materializar, no cotidiano, uma prática antirracista.

A gestão espera que a categoria usufrua da riqueza desses escritos, para que se reverbere em nossas ações e, conforme canção do *Grupo Secos e Molhados*, que possamos “segurar a primavera nos dentes”, com “consciência para ter coragem”, com “a força de saber que existe e no centro da própria engrenagem inventa contra a mola que resiste”. E vamos à luta!

Primavera/2022.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social (2020-2023)

O Brasil atual e tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político¹

Marcelo Braz^{2*}

I. A história brasileira explica o momento que vivemos: Bolsonaro não é um acidente de percurso

O Brasil atual pode parecer uma aberração aos/às que desconhecem a nossa história. No entanto, é nela que estão guardados os determinantes mais profundos que nos trouxeram até aqui, inclusive do golpe de 2016 à tragédia bolsonarista. Há também importantes elementos de ordem conjuntural a pesar. Neste texto despretensioso, procuro apresentar tanto os determinantes históricos, quanto os aspectos mais recentes da realidade brasileira, capazes de nos auxiliar na identificação das mediações que envolvem o Serviço Social e o seu projeto ético-político na atualidade.

Já sabemos que, se nós não conhecermos a realidade brasileira e a sua

1 O presente texto publicado aqui no Caderno 2 desta brochura organizada pelo CFESS - chamada Diálogos do Cotidiano. Assistente Social. Reflexões sobre o trabalho profissional - resulta de reflexões que venho desenvolvendo no âmbito da pesquisa A Crise do capitalismo contemporâneo e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, ainda em fase inicial. O texto parte do diálogo que tive com a direção da entidade em março deste ano, que teve como base os desdobramentos de conteúdos que publiquei em outros espaços, especialmente em: Braz, M. "Projeto ético-político e lutas sociais: história em processo". In Silva, Maria Lidiúna de Oliveira (org.). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019; e em Braz, M. "Democracia, desigualdades e políticas públicas: Brasil e Europa". In Teixeira, Solange M. e Joazeiro, Edna M. Goulart (orgs). Democracia, desigualdades e políticas públicas no capitalismo contemporâneo. Teresina: EDUFPI, 2021.

2 * Professor do Departamento de Serviço Social da UFRN, do PPGSS/UFRN; docente colaborador do PPGSS-ESS/UFRJ. Autor de artigos no Serviço Social e outras áreas e de livros, entre outros: Economia Política: uma introdução crítica (Cortez, 2006), em coautoria com José Paulo Netto; Partido e Revolução, 1848-1989 (Expressão Popular, 2011); Para a Crítica da Crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal (Prismas, 2016). Organizou, entre outros, os volumes: José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso (Cortez, 2017); com Luiz R. Leitão, Samba, Democracia e Sociedade. Grandes compositores e expressões da resistência cultural no Brasil (Mórlua Editorial/Outras Expressões, 2022).

formação sócio-histórica, teremos dificuldade de entender o significado social da nossa profissão, que, como tal, repõe-se no chão da própria história, repercutindo entre nós o “jorrar incessante do novo” que brota das contradições postas na dinâmica das lutas de classes. É a partir delas que podemos apanhar a essência do que está por detrás dos projetos societários em presença e em disputa. Assim se poderá entender que Bolsonaro **não** é um acidente de percurso em nossa história, ainda que ele traga consigo “novidades” que precisam ser bem compreendidas.

É indiscutível que, a partir de 2019, as condições econômicas, sociais e políticas que passaram a se impor à realidade brasileira estabeleceram as bases para o fortalecimento de uma ideologia conservadora que se alimenta do passado, da regressão e do irracionalismo, traços característicos que a associam a um *conservadorismo reacionário* (Braz, 2019). Se estas bases haviam irrompido desde antes - há os que sustentam que este neoconservadorismo emergiu em 2013 no âmbito dos eventos que marcaram as chamadas *Jornadas de Junho* -, não parece haver dúvidas de que a ascensão da extrema-direita encabeçada por Bolsonaro assinalou o seu avanço como força política.

A este conservadorismo reacionário se vinculam os interesses das diversas frações do capital entre nós, que, ladeando suas demandas específicas, unificam-se numa pauta econômica antipopular e antinacional, que muitos e muitas vêm denominando de “ultraliberalismo”, e que politicamente nutre-se de tendências antidemocráticas, que acabam criando uma convergência entre um *neoliberalismo radicalizado* e um *neoconservadorismo reacionário*.

Pensar o Serviço Social e o seu projeto ético-político nesta conjuntura nos exige um esforço analítico que nos desprenda da realidade mais imediata e nos leve a buscar as bases históricas que nos permitam descortinar este presente tão regressivo e danoso, num esforço para construir uma análise que busque entender o Brasil na dialética universal-particular, interno-externo, inclusive para não cairmos em determinismos fatalistas ou em voluntarismos messiânicos em face das nossas possibilidades político-profissionais.

II. Capitalismo e democracia: uma indevida associação

O momento atual do capitalismo é profundamente refratário à democracia. Estamos vivendo à quente um período de longa transição, decorrente da decrepitude da ordem burguesa. Vivemos um momento em que parece que as formas políticas de dominação já não mais suportam as contradições econômicas e sociais engendradas pela dinâmica incessante do capital. Dessa crise orgânica, emergem as formas mais adoecidas e apodrecidas, fortemente antidemocráticas, que flertam com o fascismo. Trump nos EUA; Le Pen na França; Salvini e Meloni na Itália; Orbán na Hungria; Bolsonaro no Brasil. Tal configuração ideopolítica deve nos colocar na defesa das formas políticas mais democráticas, justamente porque são menos nocivas à classe trabalhadora. Isto não deve nos levar a nutrir ilusões com a democracia burguesa, mesmo a mais avançada.

Lembremos que o capitalismo se constituiu historicamente em oposição a formas de ampliação da democracia, especialmente quando ameaçavam as bases econômicas assentadas na propriedade privada dos meios de produção fundamentais. E devemos lembrar ainda mais que foi a luta organizada da classe trabalhadora que democratizou, minimamente, a ordem burguesa.

A democracia liberal foi originalmente a democracia dos homens brancos e proprietários. Suas bases no jusnaturalismo moderno, nos direitos naturais do homem, significaram, indiscutivelmente, um grande avanço face aos laços de dependência pessoal próprios das relações feudais. No entanto, como os compromissos burgueses, vinculados ao seu projeto de classe, eram fundamentalmente econômicos, o que se viu foi que a ordem que, a pouco e pouco, a burguesia foi edificando, tornou-se incompatível com a ampliação dos direitos, entre os quais o imprescritível direito à vida. Diante disso, adeus *liberté, égalité e fraternité*! Adeus à prometida emancipação humana. O máximo de emancipação que a ordem burguesa suporta é a emancipação política, e de modo muito seletivo. Ou seja, quando muito, podem-se alcançar, nas sociedades capitalistas, determinados níveis de participação política, de livre organização e alguns avanços no ordenamento jurídico, relacio-

nados aos direitos civis e, de modo mais restrito, pode-se notar alguma expansão dos direitos sociais, como a que se deu em parte da Europa Ocidental entre o pós-Segunda Guerra e a entrada dos anos 1970. Mas, nos limites da ordem burguesa, mesmo quando se experimentam avanços legais que preceituam uma igualdade jurídica em que “todos são iguais perante a lei”, trata-se de uma igualdade formal-abstrata, que se depara com uma realidade concreta em que a propriedade privada dos meios de produção estabelece as bases efetivas de uma desigualdade de classe.

É sempre bom lembrar que os históricos documentos *Declaração da Independência dos EUA* (1776) e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (de 1789, na França) foram fortemente inspirados no jusnaturalismo. O primeiro desses dois famosos documentos proclama que “todos os homens foram criados iguais” e são possuidores de “inalienáveis direitos”; o documento francês é ainda mais contundente ao enaltecer “os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem”.

Mas nada disso impediria que a escravidão florescesse nos EUA, país que teve, em seus primeiros 30 anos de vida independente, presidentes todos eles proprietários de escravos, entre os quais Thomas Jefferson e James Madison, que foram, lembremos, autores principais tanto da “Declaração da Independência” como da “Constituição dos EUA” de 1787.

Mas os EUA não estiveram sós nessa história. Lembre-se de que a França também deu exemplo. As colônias francesas também foram palcos do horror da escravidão. Uma delas, o Haiti, conheceu a fúria revolucionária logo cedo. Lá, em 1791, pouco tempo depois de a bandeira da liberdade, da igualdade e da fraternidade ter sido desfraldada em 1789 até a Tomada da Bastilha, o povo negro haitiano se levantou contra os opressores da outrora França revolucionária e fez a inesquecível Revolta de São Domingos. A questão central que está nas origens da democracia liberal está na separação entre os proprietários e os trabalhadores, de todas as cores, credos e etnias. Senão vejamos.

O burguês liberal Sieyès, porta-voz do que os franceses chama-

ram de Terceiro Estado, defendeu abertamente que “a multidão sem instrução” deveria ser submetida ao trabalho forçado. Para ele, “uma grande nação é necessariamente composta por dois povos (...) por uma parte, as ‘pessoas inteligentes’ ou as ‘pessoas de bem’, por outra, os operários que só têm a força passiva e são simples instrumentos de trabalho”. Já o pensador John Locke, “pai” do Liberalismo, acreditava, em sua obra *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1689) que a maior parte da humanidade deveria mesmo se submeter a uma condição de vida semelhante à escravidão. Pensava ele que um trabalhador assalariado, “um trabalhador manual não seria capaz de raciocinar melhor do que um indígena”. Ambos, trabalhadores e indígenas, seriam uma forma de subespécie humana. Não teriam atingido o “nível de criaturas razoáveis e de cristãos”. Prossegue o pensador inglês: de que serviria um regime político democrático que reconheça direitos políticos àqueles/as que, “por causa do natural e inalterável estado de coisas deste mundo”, estariam propensos/as a, segundo Locke, se manterem na condição de uma “besta de carga puxada para frente ou para trás pelo mercado, numa triilha restrita e num caminho sujo”, que são tão distintos dos homens das “classes superiores”, que estão frente a eles a “uma distância maior do que aquela entre alguns homens e alguns animais” (LOSURDO, 2004, p. 46, 47).

O ciclo das Revoluções Burguesas promoveu avanços importantes. Em face das relações feudais não há dúvida de que o capitalismo significou um passo adiante na história da humanidade. Isso não deve nos levar a romantizar este processo histórico, que foi marcado por contradições próprias de um largo e violento período de transição entre os modos de produção. As revoluções embaladas pelas ideias liberais só podem ser apreendidas em sua inteireza, se entendermos que a bandeira da liberdade desfraldada pela burguesia revolucionária se associou, como necessidade histórica que criou as condições para a vitória burguesa, ao horror da escravidão moderna. Para que tenhamos a exata noção disso, basta lembrarmos que, no início do século XVIII, a população escravizada nas Américas esteve próxima de trezentos mil seres humanos e que, no alvorecer do século XIX, quando o capitalismo já se estabelecia como dominante, este pavoroso número chegou a cerca de

impressionantes três milhões de escravizados/as. E que, mais tarde, em meados do mesmo século XIX, esta conta macabra dobrou, alcançando inacreditáveis seis milhões de homens e mulheres barbaramente forçados/as ao trabalho escravo, grande parte deles/as no Brasil.

Não esqueçamos que, entre o período das revoluções inglesas (1640-1688), que levaram a Inglaterra à monarquia constitucional, levantou-se uma ditadura pela qual Cromwell elevaria o poderio de sua Marinha, algo fundamental para transformar aquele país numa potência capitalista opressora, colonizadora, capaz dos maiores horrores. Não à toa, o Rei Charles II (anterior ao atual Charles III) foi, no século XVII, o maior proprietário de escravizados/as de seu tempo, dando início à pilhagem de riquezas e ao extermínio de povos, o que alimentou a acumulação primitiva de capital. Recorde-se de que, mesmo quando a Inglaterra encabeçou campanha contra a escravidão e o tráfico de africanos, não deixou de apoiar os/as escravistas sulistas nos EUA durante a cruenta guerra civil de 1861-1865, justamente porque os/as ingleses/as dependiam do algodão oriundo do trabalho escravizado para sustentar a sua indústria têxtil.

Ao mesmo tempo, recorde-se do que foram capazes as potências decadentes do mundo feudal, como Espanha, Holanda e Portugal, que patrocinaram expedições marítimas cujos objetivos eram saquear as riquezas encontradas, exterminando os povos nativos, que eram uma forma de “subespécie” humana, não reconhecidos pela Igreja e por Deus. Todos eles foram os fiadores da sangrenta acumulação originária de capital.

Recorde-se ainda de que muitos países que foram potências ultramarinas - tanto aquelas que perderam o viço com o qual reinavam no medievo, como aquelas que conseguiram transitar ao modo de produção capitalista, mantendo parte de seu poderio econômico, político e militar – participaram ativamente dos bárbaros ciclos que fizeram do neocolonialismo uma das bases econômicas da expansão do imperialismo no final do século XIX e ao longo do século XX, o que acabou por levar à constituição de uma verdadeira partilha territorial e econômica do mundo. Conforme afirmamos noutro momento, “essa partilha tomou a forma de uma verdadeira recolonização” (Netto e Braz, 2011, p. 193). Segundo dados de um estudioso, de “1874 a

1914, as grandes potências se apoderaram de cerca de 25 milhões de quilômetros quadrados de territórios coloniais, ou seja, mais de 50% da superfície das metrópoles” (Nikitin, s.d., p. 168). Esses países deram continuidade, com novos métodos e novos objetivos diferentes daqueles que conhecemos na acumulação primitiva, aos saques e ao extermínio nos sangrentos regimes neocoloniais que bancaram em regiões latino-americanas, asiáticas e africanas.

Assim, se olharmos bem para a história, veremos que a democracia é, *indevidamente*, associada ao capitalismo, cuja ordem social foi (e é), historicamente, avessa aos avanços democráticos. A desigualdade, esta sim, associa-se estruturalmente à sociedade do capital. Está no DNA capitalista e é a mola propulsora do seu desenvolvimento. Se houver dúvidas, basta conhecer o funcionamento do capital, a sua forma específica de produzir riqueza por meio da exploração do trabalho. Por meio da chamada “lei geral da acumulação capitalista”, sabemos que o desenvolvimento da riqueza num polo (o do capital) significa, proporcionalmente e na mesma intensidade, o desenvolvimento da pobreza, da miséria e da privação material no outro polo (o do trabalho)³. As formas jurídicas, o ordenamento jurídico dos direitos e suas representações ideológicas formam a superestrutura necessária a uma sociedade que é geneticamente desigual e antidemocrática.

É evidente, todas/os devem saber, que o mundo capitalista conheceu alguma evolução, nada linear e muito desigual, dos direitos. Longe de serem dádivas, eles foram arrancados pelas trabalhadoras e trabalhadores em luta ao longo da história dos povos de diversas nações. Os países dominantes, que conheceram alguma experiência revolucionária com participação das massas, tenderam a conhecer avanços mais robustos no campo dos direitos, ainda que sempre sob as bases historicamente desiguais, carregadas de valores morais extremamente preconceituosos e excludentes, como vimos nos exemplos dos EUA e da França.

Contudo, a história plantou as bases econômicas que estabeleceram padrões de desenvolvimento quase sempre desigual e, por vezes, combinado.

3 Se as leitoras e leitores quiserem conhecer tal “lei”, devem buscar, prioritariamente, a sua formulação original no Livro I de O Capital. Oferecemos uma leitura sintética e didática em Netto e Braz (2011).

Elas legaram relações de dependência estabelecidas desde o sangrento processo de acumulação primitiva do capital. Ainda assim, mesmo considerando as vantagens históricas dos países (e de seus povos) centrais, excluindo o curto período dos anos dourados do capitalismo – um período de exceção para uma fatia dos países dominantes da Europa Ocidental que conheceram a expansão dos direitos sociais na vigência do *Welfare State* –, descontando essas duas ou três décadas gloriosas, a história *predominante*, mesmo entre essas nações, é a história da negação dos direitos. Já aos países da periferia que conheceram o horror da escravidão e não experimentaram processos políticos nos quais os/as “de baixo” pudessem conquistar espaços efetivos de poder político, a história praticamente negou-lhes quaisquer avanços mais significativos dos direitos em todos os níveis.

III. O capitalismo brasileiro: uma eterna e insuperável “questão democrática”

Tudo isso se complica quando falamos de Brasil. No país das “ideias fora do lugar”, que depois se acomodaram e “entraram no lugar”, o liberalismo à moda brasileira não teve vergonha nenhuma de se acasalar com o atraso, herdando o horror da escravidão e operando por meio de soluções políticas “pelo alto”, que historicamente excluíram os/as “de baixo” dos processos políticos mais relevantes. A Independência de 1822, a Abolição de 1888, a Proclamação da República de 1889, a “Revolução” de 1930, o golpe de 1964, são, todos eles, exemplos históricos de “revoluções pelo alto”, marcados, em suas diferenças, por processos que excluíram as massas do centro político decisório, cooptando-as ou reprimindo-as quando se rebelaram.

As classes dominantes brasileiras também foram profícuas em destilar seus preconceitos raciais e ódios de classes, só que com uma diferença de alguns séculos em relação aos pioneiros do liberalismo. Entre nós, uma figura do porte do liberal Ruy Barbosa, durante um bom tempo, mesmo quando tentou ser presidente no início do século XX, tratou o povo brasileiro e suas expressões culturais de maneira grosseira e desprezível. Disse ele, na primeira década do século passado, acerca do futebol e do samba (num tempo em que tais expressões culturais ainda não haviam sido apropriadas

pelo mercado), disse o jurista que a seleção brasileira era “uma corja de malandros” e que o maxixe, “a mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba”⁴. Mais tarde, a figura de proa de Pedro Calmon, reitor da antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ, numa polêmica com o escritor José Lins do Rêgo, disse a seguinte infelicidade a respeito do samba e das expressões populares a ele relacionadas, isto já em 1939: “Estaríamos nós com saudades do que não é nosso, do que veio da Costa do Marfim, do que a fatalidade da economia antiga trouxe da cubata de Luanda e da selva senegalesa, para desmentir as possantes criações do senso brasileiro” (...) “O povo, pois, para o Sr. José Lins do Rêgo, não é lá grande coisa. Escola de samba, viola e cuíca. O povo, para mim, é a Pátria brasileira, não é o Morro do Salgueiro. E a Pátria brasileira não é um reflexo frouxo e pálido da escravidão”⁵.

Este passivo histórico fez das lutas da classe trabalhadora brasileira algo quase heroico. O pouco que se conquistou de direitos neste país se deu mesmo diante de classes dominantes quase sempre avessas ao estabelecimento de padrões civilizatórios mínimos nas relações de trabalho e, permanentemente, voltadas para a obtenção de vantagens do Estado, que tomam para si pela via do patrimonialismo ou do clientelismo. Os direitos no capitalismo são importantes, mas, como vimos, circunscritos aos limites da emancipação política, que, no caso do Brasil se deparam com limitações ainda mais profundas, porque não experimentamos aqui um modelo de revolução burguesa clássica e, em decorrência, sofremos as consequências do caráter dependente, subordinado e associado do nosso desenvolvimento.

Somam-se a esse quadro outros aspectos a ele associados: o caráter autocrático burguês assumido pelo Estado brasileiro em variados momentos da nossa história, o que nos coloca diante de um *déficit democrático estrutural*; a forma particular com a qual aqui se deu a combinação do atraso com a modernidade; o permanente saqueio do fundo público a serviço do grande capital; uma “questão cultural” marcada pela “ideologia do colonialismo”

4 Diário do Congresso Nacional, 8/11/1914, p. 2789.

5 Texto de autoria do escritor e jornalista Sergio Cabral, extraído da orelha feita para a coletânea que organizei: BRAZ, M. Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a ‘questão social’ e a questão cultural no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

(Sodré, 1965). São todas elas peculiaridades nacionais de nossa formação social, que só podem ser entendidas quando se conhece o caráter dependente e associado da burguesia entre nós e que devem ser consideradas quando analisamos as variadas conjunturas.

Na atual conjuntura brasileira vemos um cenário de aprofundamento das desigualdades que são mais dramáticas nos segmentos sociais historicamente mais vulneráveis, e que no Brasil acentua-se ainda mais pelo seu passivo histórico. A pandemia, além de ceifar a vida de mais de 680 mil pessoas no país, escancarou nossas desigualdades, que vêm aumentando e nos colocando em patamares regressivos, que remontam, no caso da fome, aos anos 1990. Tal cenário, que exacerba as formas de pauperização absoluta, se aprofundou. Isso se reflete dramaticamente nas políticas públicas, especialmente voltadas para os segmentos mais vulneráveis, sem prejuízo dos direitos universais consagrados na Constituição de 1988: a juventude, principalmente negra, que vive sob precária educação, crescente desemprego, cada vez mais, a violência policial do Estado; os trabalhadores e trabalhadoras envelhecidos numa sociedade que, num futuro bem próximo, será composta massivamente por eles e elas; as mulheres, principalmente as negras, que estão na base da pobreza e no topo da violência; entre outros segmentos empobrecidos da população.

Mas, mesmo diante de um cenário como esse, que exigiria ampliação das políticas sociais, o que temos pela frente não é nada promissor. Vivemos uma situação em que os espaços democráticos se curvam ao poder do grande capital, que limita muito as possibilidades da política. E o que se vê são países e Estados de joelhos e curvados à ditadura financeira que, em si, é a ditadura do grande capital, que os obriga a cumprir uma draconiana agenda de austeridade, que continua levando à ruína as nações e à miséria os seus povos.

O economista francês Thomas Piketty nos fala do ativismo dos bancos centrais dos países, cada vez mais empenhados em salvar o sistema financeiro. Desde 2020, tanto nos EUA, como na UEE, têm comprado volumes vultosos de dívida pública, pondo em prática uma verdadeira operação de estatização, só que dos prejuízos. Desde a eclosão da pandemia, com o aumento inevitável dos gastos públicos, inclusive aqui no Brasil, o volume de

recursos que os bancos centrais deslocaram para absorver as dívidas públicas já é, em termos relativos, maior que o que se usou para enfrentar a grande crise de 2008. Estamos falando de criação de dinheiro que, em algum momento, vai cobrar o seu lastro. Poderíamos até consentir com essa operação, se isso criasse as condições para investimentos públicos que efetivamente interessassem à imensa maioria do povo. Ou se, ao menos, isso significasse alguma inflexão do Estado frente ao terrorismo fiscal em voga – a pregação em nome do ajuste fiscal que é, no fundo, uma mistura de burrice econômica com insensibilidade social. Mas não é isso o que ocorre. O que temos é a reiteração de assaltos ao Fundo Público no capitalismo contemporâneo⁶.

Isto diante de manifestações da “questão social”, que se agravam numa conjuntura regressiva. Nela se destacam as ações do atual governo, cujo mandatário principal - um político profissional que prega a antipolítica, deputado por sucessivos mandatos, que enriqueceu por meios escusos, líder da extrema-direita e de movimentos fascistas no país - vem fazendo o que pode para curvar o Estado brasileiro a um projeto político que radicaliza políticas favoráveis ao grande capital, todas elas tocadas por um fundamentalista neoliberal, que ocupou o Ministério da Economia ao longo do governo Bolsonaro.

IV. O Brasil atual e a tragédia bolsonarista

Eleito na crista de uma verdadeira onda conservadora-reacionária, Bolsonaro e o bolsonarismo que consigo emergiu são as expressões e as consequências mais emblemáticas desses tempos difíceis em que vivemos no Brasil. Expressam um ponto de chegada em que confluiu e convergiu uma miríade de eventos históricos carregados de retrocessos. E, ao mesmo tempo, representam um ponto de partida de um governo deletério que, mesmo derrotado na histórica eleição de 30 de outubro de 2022, deixará a sua “obra” cimentada na regressão a que submeteu a sociedade brasileira e manterá sua força política, apoiado que está num movimento organizado.

⁶ O fundo público é uma questão absolutamente central para pensar o Serviço Social na contemporaneidade. No Brasil, entre outras obras, vale conferir o recente Fundo Público, Valor e Política Social (Cortez, 2021), de Elaine Behring.

É possível dizer que 2013 foi o rastilho de 2018. Os momentos dramáticos que se desenvolveram após as *Jornadas* daquele ano encontraram o seu epicentro e o seu ápice na vitória de Bolsonaro. E as bandeiras reacionário-conservadoras que foram levantadas desde então desaguarão em seu governo, que, tendo iniciado em janeiro de 2019, está a viver os seus últimos dias neste 2022, deixando até aqui um lamentável legado de destruição em praticamente todos os níveis da vida social, como listamos abaixo.

No âmbito da questão ecológica em que despontam indicadores de desmatamento e de degradação ambiental assustadores; na situação sanitária, em que, tristemente, destacam-se as mais de 680.000 mortes provocadas pela Covid - das quais especialistas indicam que cerca de 80% poderiam ter sido evitadas⁷, não fosse a, deliberadamente, péssima gestão sanitária tocada pelo governo Bolsonaro; nos dados sobre a segurança alimentar, que se aproximam dos existentes num longínquo 1992, pondo cerca de 33 milhões de brasileiros a “viver” o horror da fome e outros mais de 120 milhões a sobreviver com algum nível, moderado ou grave, de insegurança alimentar; na questão econômica em que os trabalhadores e trabalhadoras experimentam índices altos de desemprego, que, segundo indicadores mais abrangentes (porque vão além do desemprego aberto) os fornecidos pelo IBGE, oscilam na casa dos 20% ou, se nos concentrarmos nos parâmetros definidos para aferir a renda média do trabalho, constatamos uma queda vertiginosa que vem, ano a ano desde 2016, se aprofundando. Ou mesmo se considerarmos o universo das inúmeras pequenas e microempresas, que são exatamente as que criam mais empregos, veremos um deserto de políticas e, mesmo aquelas poucas que existem, não fornecem condições de crédito adequadas, uma vez que se referenciam numa escandalosa taxa de juros que, a esta altura, já ultrapassou os assustadores 13%. Além de uma política externa que isolou o Brasil do mundo, tornando o país um pária internacional. Estes e outros tantos péssimos indicadores, a lista é tristemente grande, fornecem um retrato do governo Bolsonaro.

7 Conforme sustentou o epidemiologista Pedro Hallal em depoimento dado à CPI da Covid em junho de 2021. Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam#:~:text=Pesquisas%20apontam%20que%20400%20mil%20mortes%20poderiam%20ser%20evitadas%3B%20governistas%20questionam.-Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=Quantas%20das%20mais%20de%20500,ter%20sido%20evitadas%20no%20Brasil%3F> (consultado em 5/7/22).

Em recente nota emitida pelo CFESS, voltada para as eleições em 2º turno, vemos os seguintes dados:

O Brasil está mais pobre, mais faminto, mais triste e inseguro. Os dados levantados pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que 33 milhões de pessoas no Brasil não têm garantido o que comer e 58,7% da população convivem com insegurança alimentar. Por outra via, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) analisa que 22,7 bilhões de reais em cortes no orçamento para a Saúde e 964 milhões retirados da saúde indígena significam o comprometimento do Sistema Único de Saúde (SUS), num cenário de retorno de doenças já erradicadas, ao tempo em que se registra proposta de redução de recursos para aquisição de medicamentos do Programa Farmácia Popular e se diminui programa de imunização.

Dados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados também denunciam o rebaixamento de políticas para geração de emprego e renda e da indisponibilidade de recursos para programas de transferência de renda. [...] No total, somam 60 bilhões de reais em cortes na área da seguridade social, com a Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o teto dos gastos desde 2018 e o congelamento de salários de servidoras e servidores públicos⁸.

Assim, sabemos que a onda que o trouxe deixou seu legado de destruição e uma ressaca profunda que está longe do fim. Não apenas porque estamos, ainda, em pleno governo Bolsonaro, que, como se viu até o último 30 de outubro, jogou todas as cartas para obter um segundo mandato que, se dependesse apenas do atual presidente, viria de qualquer maneira, seja por vias democráticas, seja por meios golpistas. Mesmo que Bolsonaro tenha sido eleitoralmente derrotado, o bolsonarismo se tornou efetivamente uma força política de monta, que não sairá tão cedo da cena política.

Um balanço dos últimos anos no Brasil, especialmente nestes quase dez anos (desde 2013), nos mostra uma profunda instabilidade marcada pelo cruzamento de crise política com crise econômica. Neste período não

8 Assistente social vota com ética, em defesa da democracia e das políticas públicas! (27/10/2022). <https://bit.ly/Cfess2turno>

foram poucos os que sucumbiram, e não apenas no meio dos organismos políticos da classe trabalhadora. Forças políticas mais tradicionais do capital vivem imensas dificuldades. Tanto organizações políticas, quanto personalidades e lideranças, praticamente desapareceram, tornaram-se irrelevantes ou perderam grande parte do viço que chegaram a obter, como são os casos, entre tantos, de Aécio Neves, de Eduardo Cunha, de Paulo Skaf (da Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), ou mesmo de um partido tradicional, como era o PSDB. Mesmo aqueles mais oportunistas, que surgiram na onda conservadora e ganharam holofotes repentinos, também vão sendo arrastados pelas contradições do presente e, muitos deles, desmoronaram. Claro que o exemplo de Sérgio Moro é o mais notório, pois, mesmo tendo sido eleito senador pelo Paraná, perdeu grande parte da enorme projeção que alcançou quando dirigia, arbitrariamente, a operação Lava-Jato.

Os “altos e baixos” que estes/as personagens – tanto os/as políticos/as mais tradicionais, quanto aqueles/as representantes de uma suspeita “nova política” - conheceram em tão pouco tempo são expressões da crise política que vivemos. Um de seus aspectos que nos faz levantar a hipótese de uma crise orgânica é justamente a instabilidade que envolve os operadores políticos das classes dominantes, que já não mais conseguem dominar com os mesmos mecanismos com os quais antes dominavam. Isso não significa que todos eles se esgotaram, nem tampouco que as classes dominantes perderam esta condição. Significa que vivem a instabilidade, têm mais dificuldades para construir unidade de ação, ainda que a mantenham no plano da economia, que é exatamente o que as coloca na condição da dominação de classe.

Tais análises valem também não só para personagens individuais que encarnam projetos de classe. Valem também, e principalmente, para sujeitos coletivos. Refiro-me àquelas novas organizações que emergiram na onda reacionário-conservadora, surgidas após as *Jornadas de Junho* de 2013, como são os casos, entre tantos, do MBL e do Vem pra Rua. Ou, no âmbito parlamentar, o caso dos diferentes e novos partidos, inclusive um certo Par-

tido Novo⁹, que encarna o velho liberalismo à brasileira. Tais organizações surgidas na última década trouxeram em sua esteira deputados/as e senadores/as claramente identificados/as com a ascensão daquele conservadorismo reacionário.

V. O momento conjuntural reflete o processo histórico

De 2013 até aqui, produziu-se uma série de acontecimentos históricos muito marcantes, que impactaram fortemente *todos* os níveis da realidade social. Nesse lapso temporal, se desenvolveram contradições que, no Brasil, trouxeram alterações no âmbito da *morfologia das classes sociais*, da *fisionomia do Estado* capitalista e da *configuração sociopolítica da sociedade civil*. Todas elas requerem pesquisas que possam desnudar seus determinantes e levantar o conjunto de mediações que envolvem o Serviço Social, conforme já vêm fazendo algumas estudiosas de nossa área.

No que diz respeito à morfologia, ainda que não possamos falar em alterações estruturais no âmbito da estrutura de classes, tivemos movimentos importantes que alcançaram a materialidade da classe trabalhadora. Eles se deveram a variados e importantes fatores. As mudanças das formas de regulação das relações de trabalho promovidas pelas sucessivas “reformas” trabalhistas nesses últimos anos atingiram em cheio as massas trabalhadoras, alterando seus vínculos, que se tornaram ainda mais frouxos, precários e instáveis. Entre nós, no Serviço Social brasileiro, entre outros estudos, vale notar o processo de investigação que vem sendo liderado nesse campo pela professora Rachel Raichelis (2020), que recentemente publicou uma coletânea que explicita parte das pesquisas feitas. Um outro fator das mudanças se relaciona com as contradições do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo contemporâneo, provocadas pelas mais recentes inovações tecnológicas, que vêm alcançando praticamente todo o mundo “globalizado” do capital, levando aos/às mais atentos/as estudiosos/

9 O partido não alcançou a cláusula de barreira nestas eleições, cujos resultados reduziram sua bancada de 8 para 3 deputados federais.

as brasileiros/as, como são os casos, entre outros, de Márcio Pochmann, de Ricardo Antunes e de Ruy Braga (2015), a buscar entender os “infoproletários” e o fenômeno que vem sendo identificado com “uberização” das relações de trabalho, como “degradação real do trabalho virtual”.

Em consequência de tais alterações, que compõem parte importante da materialidade do nosso tempo, está em curso um trânsito das formas políticas que as representam, incluindo as disputas em torno da constituição de um novo bloco de poder. Conforme já pontuamos, as classes dominantes estão em busca de uma nova forma de dominação, em que possam se plasmar como classe dirigente. Deve-se dizer, ainda, que estão em crise as instituições que constituem o Estado capitalista brasileiro, que vive uma crise de legitimidade que deriva dos limites contemporâneos dos institutos liberais-burgueses.

Ao mesmo tempo, veem-se muitas mutações no âmbito dos organismos da sociedade civil, tanto entre aqueles ligados ao universo do trabalho, quanto aqueles vinculados aos interesses do capital, o que, em decorrência, nos sinaliza que as lutas de classes estão a desenvolver por meios de organismos novos, ainda que não tenham saído de cena os tradicionais, especialmente a forma-partido que, para a classe trabalhadora, é absolutamente indispensável como o único instrumento político capaz de universalizar as inúmeras demandas sociais. Mas o que queremos realçar aqui é o surgimento de inúmeros novos sujeitos políticos, que adicionam elementos novos à dinâmica das lutas de classes.

Tais elementos parecem apontar para uma persistente crise de natureza orgânica, que se caracteriza por impasses provocados pelo vácuo político que se cria, inviabilizando as condições que até então cimentavam uma determinada forma hegemônica. Tal crise se estabelece quando se cruzam determinados vetores que a mantêm e a prolongam. Uma combinação que os anos de governo Bolsonaro fizeram avançar, entre: uma profunda *crise econômica* que desestabiliza as formas de atuação dos operadores econômicos dominantes; uma *crise política* em que os organismos políticos tradicionais das classes dominantes não conseguem empalmar uma unidade política de ação, ainda que se unifiquem em torno de pautas econômicas mais imediatas; e uma, também profunda, *crise social* com características capazes de esgarçar o tecido social de maneira acelerada e dramática.

Soma-se a isso o agravamento dos conflitos institucionais, que põe em evidência as dificuldades inerentes ao impasse político criado e faz surgir personagens oriundos de segmentos da institucionalidade que, em condições normais, participam apenas indiretamente da política, como são os casos das Forças Armadas e do Judiciário. Todos estes ingredientes estão presentes na crise brasileira desde, pelo menos, 2014, com a ascensão da chamada Operação Lava-Jato¹⁰.

Acresça-se, ainda, as dificuldades do movimento organizado da classe trabalhadora, que acumula derrotas e conhece retrocessos políticos e sociais que alcançam em cheio as massas trabalhadoras. Eis aí, em linhas muito gerais, *o cruzamento entre as mudanças no perfil da classe trabalhadora, as alterações na fisionomia do Estado e os novos sujeitos da sociedade civil, que adicionam novos contornos às lutas de classes*. Aqui não fizemos mais que apontar estes “problemas” que exigem um enorme esforço de pesquisa, que possa nos levar a uma análise realmente profunda.

VI. As eleições de 30 de outubro: a vitória eleitoral e a tarefa de superar a tragédia bolsonarista

A conjuntura brasileira tem sido tão frenética que poucos imaginavam que uma vitória eleitoral como a obtida por Luís Inácio Lula da Silva pudesse ocorrer em tão pouco tempo, ainda mais se recordarmos que ele próprio foi condenado e preso, o que o retirou da disputa de 2018 e pavimentou o caminho para a eleição de um nefasto líder de extrema-direita.

As lembranças do resultado do segundo turno das eleições de 2018 ainda estão muito vivas em nós. Naquele momento, um futuro sombrio passou a povoar as mentes e os corações daqueles/as que sonham com um Brasil generoso e solidário. E de lá para cá, as mais pessimistas projeções que

¹⁰ Uma pesquisa de fôlego culminou numa tese de doutorado que trata de grande parte destes fenômenos à luz da crítica da Economia Política, realçando os vínculos do imperialismo contemporâneo com as novas formas de golpismo praticadas entre nós. Cf. Para a crítica do “combate à corrupção”: os elos entre o imperialismo tardio e a Lava Jato no Brasil, Tese de Doutorado defendida em abril de 2022 no PPGSS da ESS/UFRJ, de autoria de Luís Eduardo da Rocha Maia Fernandes.

apontávamos se instalaram na realidade, talvez com maior intensidade do que pudéssemos imaginar. E veio a pandemia e, com ela, o governo da morte se sentiu mais à vontade para espalhar mentiras, negacionismos, desprezo pela vida e, enfim, desesperança a toda nossa gente.

Além disso, a derrota de 2018 não se deveu apenas pela prisão de Lula, até porque não se pode ter garantia alguma de que ele venceria o pleito daquele ano, embora viesse liderando as intenções de voto até ser retirado da disputa. Recorde-se que se vivia o auge do antipetismo naquele momento. Na verdade, os setores progressistas da sociedade brasileira, e não apenas a esquerda, vinham perdendo a batalha ideológica em amplos segmentos da sociedade brasileira, especialmente na juventude. Desde 2013, neste segmento e no âmbito das camadas médias urbanas, foi a direita, inclusive suas expressões mais extremistas, que aumentou fortemente sua influência, ganhou terreno e se viabilizou eleitoralmente. Não à toa, a criminosa Operação Lava-Jato foi endeusada por essas camadas, fez o serviço sujo e abriu o esgoto de onde saíram Bolsonaro e uns tantos e tantas que se elegeram nas urnas em 2018.

No dia 8 de novembro de 2019, Lula foi solto, um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido, por 6 votos a 5, que um condenado só pode ser preso após o fim dos recursos em todas as instâncias (o chamado trânsito em julgado), alterando a jurisprudência que vigorava desde 2016, que permitia a prisão após condenação em segunda instância. O ex-presidente recuperou os direitos políticos, tornou-se elegível e, mais uma vez, candidato. Um amplo movimento tocado por diferentes segmentos da sociedade civil brasileira resultou numa frente democrática para enfrentar Bolsonaro, tendo Lula como candidato, o que inviabilizou uma chamada “terceira via”, que foi tentada por lideranças políticas que não aderiram ao nome do petista. Vieram as eleições e a candidatura de Lula saiu-se vitoriosa ao obter 60.345.999 votos, cerca de 2,1 milhões de votos a mais que o atual presidente, ou, em termos percentuais, 1,8% de diferença (Lula obteve 50,9%; Bolsonaro, 49,1%).

Os números mostram um equilíbrio muito grande de forças, mas não dizem tudo. A vitória de Lula e das forças progressistas que a ele se aliaram foi uma vitória importante, porque não se disputou uma eleição em

condições normais nem legais. Enfrentou-se um candidato-presidente sem projeto de nação, que governou para uma minoria endinheirada da grande burguesia em seus variados extratos, inclusive aqueles que vivem do dinheiro sujo. Que se utilizou, aberta e criminosamente, da máquina pública do Estado, investindo bilhões em medidas que agrediram a legislação eleitoral, valendo-se do cargo que ocupa para obter vantagens, oferecer favores e injetar dinheiro em busca de votos. Foi derrotado um candidato que se valeu do roubo, da fraude, da manipulação da informação, da violência armada e do uso do Estado, que contou ainda com apoio da extrema-direita desde os EUA e que objetivava fazer aqui uma espécie de “invasão do Capitólio” à brasileira.

São muitas as evidências e denúncias: como o uso do clientelismo para a compra de votos nos municípios com participação de prefeitos aliados do governo, reveladas por uma reportagem do jornalista Caco Barcelos; a utilização da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que parece ter sido um escoadouro de recursos do bilionário Orçamento Secreto, principalmente no Nordeste; os aumentos, proibidos nas proximidades do processo eleitoral, concedidos ao Auxílio Brasil e as bolsas aos/as taxistas e caminhoneiros/as. Além disso, a vitória se deu contra o jogo sujo, pesado e covarde feito por líderes evangélicos/as e por empresários/as, que coagiram fiéis e funcionários/as nos templos e nos locais de trabalho. E, ainda, foi vencida a eleição, mesmo tendo de enfrentar uma máquina de mentiras controlada de dentro do governo, que se valeu inclusive da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), de setores minoritários e extremistas das Forças Armadas, da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A vitória representa a derrota *eleitoral* dessa maquinação de caráter fascista da extrema-direita, encabeçada por Bolsonaro. Ela expressou também a vitória das forças democráticas de bases populares, que resistiram e se mobilizaram contra a radicalização neoliberal e conservadora-reacionária e os retrocessos sociais dos governos, impostos desde 2016 por Temer e Bolsonaro.

Embora derrotado eleitoralmente, Bolsonaro mantém uma base social mobilizada, que não deve ser subestimada. Os 58 milhões de votos ob-

tidos pelo atual presidente expressam uma força política que quase venceu as eleições. Tal resultado deve ser posto em relevo em qualquer balanço que se faça do processo eleitoral. Por outro lado, os 58 milhões de brasileiros e brasileiras que votaram em Bolsonaro não devem ser associados/as, automaticamente, à extrema-direita fascista que, como força política organizada, vem mantendo, desde o dia 31 de outubro, protestos de apoiadores/as do presidente que não aceitam o resultado das urnas, levantando bandeiras por um golpe militar. Embora também não devam ser subestimadas, expressam minorias extremistas sem inserção nas massas e enraizamento popular.

Deve-se também ter uma análise mais equilibrada do que saiu das urnas para o Congresso Nacional, o que passa pela consideração do chamado bolsonarismo, que talvez perderá parte de seu fôlego fora do Estado. Como força política, tenderá a reduzir sua abrangência pelos seguintes motivos: falta de partido de massas organizado - o PL é um partido de aluguel, fisiológico, bastante heterogêneo, que tem no comando um profissional da política, que não tem ideologia alguma, apenas quer cargos; não tem projeto político nacional articulado; não contará com a monumental máquina do Estado, que dispõe de mais de 20 mil cargos públicos à disposição do mandatário para nomeação de apoiadores/as; o bolsonarismo perdeu o monopólio das redes sociais, que agora serão permanentemente disputadas pela esquerda; b) Bolsonaro e o bolsonarismo já não são surpresas tal como surgiram numa onda avassaladora em 2018, atropelando todas as forças políticas existentes. Agora nós já os conhecemos e sabemos como combatê-los, porque conhecemos suas armas; da mesma maneira, Bolsonaro perdeu o frescor da novidade que tinha em 2018, quando foi elevado a arauto da moralidade e do combate à corrupção. Ou seja, já não tem a mesma força que se dispõe àqueles que portam o “novo”, e sofre o desgaste inerente a quem esteve quatro anos no poder. E, por fim, acrescentaria ainda que ele terá de enfrentar dezenas de processos jurídicos pelos crimes que cometeu, o que deve, no mínimo, fragilizar ainda mais sua imagem. Uma vez mais, digo que isso tudo não deve nos levar a subestimar o bolsonarismo como força política que expressa uma extrema-direita organizada no Brasil, contra a qual temos de lutar.

Em relação ao último dos motivos arrolados no parágrafo acima, as forças democráticas e progressistas devem lutar para que Bolsonaro pague

pelas atrocidades cometidas contra o seu próprio povo e pelos inúmeros esquemas de corrupção de que, direta ou indiretamente, participou, assim como seus aliados e aliadas, incluindo seus filhos. Isso impõe a luta pela condenação e prisão de Bolsonaro, sem tergiversações. Com ele, como com qualquer fascista, não deve haver trégua, acordo ou “pacificação”.

O desafio do governo Lula III será imenso. A desfascistização da sociedade deve estar em primeiro plano, o que passa pela revogação urgente das medidas liberalizantes da compra, posse e porte de armas, que alimentam, além do crime organizado, justamente as hordas fascistas. Mas tão urgente quanto isso será combater a fome e a miséria, que alcançam mais de 120 milhões de brasileiros e brasileiras. Urge, em primeira linha, elaborar um plano emergencial de combate à fome, que deve contar com a participação popular. É tarefa urgente também discutir um projeto de país por meio de um plano de reconstrução nacional que deve passar: pelo fortalecimento da indústria, com geração de empregos de qualidade, o que pressupõe a revogação da contrarreforma trabalhista; pela construção de moradias populares; pela priorização da educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, incluindo-se a expansão de creches públicas para as famílias trabalhadoras; pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo financiamento capaz de expandir os serviços de assistência à saúde; pela recuperação do orçamento da assistência social, política que sofreu duros reveses políticos e econômicos no atual governo, o que pressupõe o fim do teto dos gastos sociais.

Nada garante que esta agenda se realize, especialmente se o futuro governo mantiver como eixo central a conciliação de classes que marcou os governos do PT, em que os interesses do capital predominaram amplamente. As chances para que, pelo menos, alguns aspectos de uma agenda voltada para compromissos populares tenham alguma possibilidade de avançar dependerá, sobretudo, de uma vigorosa mobilização social capaz de fazer ascender pressão popular nas ruas e nas redes sociais, fortes o suficiente para influir nas ações dos partidos aliados da classe, dos movimentos populares e sindicais, dos mandatos populares no Senado e na Câmara. Nesse sentido, os comitês populares lançados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são um bom ensaio disso, ainda que não esgotem outras

ações que possam ser empalmadas por outros organismos ligados aos interesses do trabalho. A sustentação do governo passará por dois planos: nas ruas, com a pressão popular comandada pelos organismos de classe, com ampla mobilização, buscando conquistar as massas trabalhadoras em todo o país, especialmente aquelas camadas urbanas de rendimento médio, segmentos proletários em que Bolsonaro teve apoio significativo; e no Congresso Nacional, que dependerá da capacidade de manter parte da ampla frente eleitoral que se constituiu para a vitória de Lula.

Foi vencida a batalha eleitoral, mas a luta será maior nos próximos quatro anos. De imediato, para além dessa agenda mais ampla, deve-se buscar dar ampla legitimidade à posse de Lula em 1º de janeiro de 2023. Além disso, assegurar a continuidade do auxílio de 600 reais para o ano que vem, o que passa pelas negociações que já andam no Congresso, assim como avançam as tratativas para a necessária retomada da política de aumento real do salário mínimo.

A categoria de assistentes sociais, inserida que está nas massas trabalhadoras, terá papel importante nestas tarefas, atuando no âmbito daquilo que determina o nosso Código de Ética quando indica o nosso compromisso profissional com a classe trabalhadora, com a busca da justiça social e com a democracia em todos os níveis. Por isso, devemos refletir sobre como o nosso projeto ético-político percorreu esta intensa conjuntura e como ele resistiu até aqui e o que se coloca no seu horizonte nos próximos anos.

VII. O projeto ético-político: a tarefa de fortalecer a democracia e a contribuição do Serviço Social brasileiro

O nosso projeto profissional não poderia escapar imune dessa avalanche conjuntural, cuja força, como vimos, levou de roldão muitos personagens, individuais e coletivos. Assim, é evidente que não poderíamos pensar, messianicamente e endogenamente, que estaríamos imunes a tantas questões que estão ainda a se processar - e que, por isso, não desfrutamos de reflexões mais robustas e significativas. Se assim pensássemos, ou seja, se separássemos o projeto ético-político da história concreta e das condições

objetivas que ela porta, elevaríamos, de forma voluntarista e, portanto, de modo a-histórico, o projeto a uma condição idealizada em que ele dependeria apenas da vontade dos sujeitos que o fazem. Por outro lado, e foi Marilda Iamamoto (1992) quem nos chamou a atenção para esses riscos, se tratarmos a realidade, por mais adversa que possa ser, como uma fatalidade que nos impõe uma condição imutável, incorreríamos, com sinais trocados, numa mesma posição a-histórica, desta vez negando aos sujeitos a possibilidade de fazer história, o que de fato fazem.

Por conseguinte, para pensarmos o nosso universo profissional e o projeto ético-político que o envolve, a grande questão que se coloca é a seguinte: essa quase uma década (desde 2013) em que se desenvolveram tão impactantes acontecimentos políticos, econômicos e ideológicos, trouxe quais consequências para o nosso projeto profissional? Ele foi capaz de manter suas linhas fundamentais, historicamente materializadas em suas dimensões constitutivas?

É esse o cenário em que temos de pensar nas formas de preservação de nossas conquistas condensadas no projeto ético-político, refletindo as condições com as quais se defrontam aquilo que chamamos de suas dimensões constitutivas: a dimensão teórica relativa à produção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro; a dimensão político-organizativa referente às entidades representativas da categoria de assistentes sociais no Brasil; e a dimensão jurídico-política concernente ao conjunto de leis, resoluções, diretrizes e princípios que envolvem a profissão no país (Braz, 2019). Ainda é possível pensar o projeto profissional a partir dessas três dimensões, mas as mudanças históricas promovidas no transcorrer do tempo exigem que se problematizem as condições nas quais se expressam cada uma daquelas dimensões na atualidade.

Apenas a partir de uma ampla e profunda análise, se poderá refletir sobre o futuro do projeto profissional. O seu presente e o seu passado recente nos mostram um quadro em que a manutenção da hegemonia do projeto ético-político exigirá o desenvolvimento de ações capazes de preservar os avanços profissionais que se viram confrontados por políticas neoliberais contrárias aos princípios ético-políticos que defendemos, coroados no Código de 1993. Não me refiro apenas aos últimos trágicos anos sob Temer e

Bolsonaro, em que, de fato, as ameaças foram maiores e os retrocessos foram mais graves, cujos efeitos deletérios muitos/as já vêm expondo em artigos publicados entre nós. Refiro-me, também, aos governos petistas, de Lula a Dilma.

Em que pesem, principalmente, avanços no campo da assistência social e na distribuição de renda - que não tocaram na brutal concentração de propriedade no país -, pelas quais se reduziram, significativamente, os níveis mais graves de pauperismo absoluto, as gestões petistas foram bastante generosas em satisfazer o grande capital, amplamente favorecido por medidas estatais as mais diversas, como aquelas voltadas à proliferação do ensino superior em faculdades privadas presenciais e, principalmente, à distância. Vale lembrar que naquela conjuntura discutíamos as dificuldades pelas quais passava a categoria e o seu projeto profissional, ao mesmo tempo em que apontávamos as ameaças que traziam consigo uma possível crise que teria envolvido o projeto ético-político¹¹, provocada, justamente, pelas dificuldades de se manter a hegemonia frente aos desafios impostos pela conjuntura de então¹².

No âmbito do nosso público mais estrito, ou seja, de reflexões que nos levem a ações voltadas especificamente para as/os assistentes sociais, estou de acordo com a Profa. Marilda Iamamoto (2021) em seu texto publicado no Caderno 1 desta série *Diálogos do Cotidiano*, em dois pontos: - a necessidade de reforçar ações de formação continuada, para dar conta desse perfil novo de assistentes sociais, talvez retomando o exemplo das especializações em parceria com as universidades; - a necessidade de pensar algo que retrate o Brasil, que mostre como as/os assistentes sociais vêm atuando junto às camadas populares do Brasil profundo. Isto nos permitiria, desde que se valendo de uma atuação profissional qualificada, um conhecimento maior das demandas sociais de nossos usuários e usuárias. Mais que isso, poderíamos, assim, ir além do que se coloca no plano mais imediato, na forma aparente de tais demandas, alcançando, diria a Profa. Ana Elizabete Mota, as necessidades sociais concretas de classe que elas encobrem.

11 NETTO, José Paulo. "Das ameaças à crise". Revista Inscrita, Brasília, n. 10, 2007.

12 BRAZ, Marcelo. "A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos". Revista Inscrita, Brasília (DF): CFESS, n. 10, 2007.

Entre os desafios mais estruturais das lutas, destacaria, entre tantos, um ponto com os quais as/os profissionais podem contribuir. Trata-se da necessidade de fortalecer as organizações populares, para além da institucionalidade, o que não significa a renúncia dos espaços institucionais do Estado brasileiro, em todos os seus níveis, que são justamente aqueles em que atuam grande parte das/dos assistentes sociais. Do ponto vista profissional, sabemos que a nossa prática tem uma incontornável dimensão política determinada pelas contradições de classes em que está imersa. Isto indica a necessidade de uma maior aproximação com os organismos da classe trabalhadora em todos os seus níveis e em todas as suas frentes de uma luta que é classista e que deve caminhar junto àquelas que se batem contra o racismo, a violência contra as mulheres e as pessoas LGBTQIA+. Tal pauta nada mais quer que reforçar os “Princípios Fundamentais” do Código de Ética da profissão, especialmente aquele que indica o compromisso com a luta por uma sociedade livre de todo tipo de opressão.

Acrescentaria a necessidade de pensar em formas de comunicação com a categoria que utilizem uma linguagem mais próxima de seu perfil, sem rebaixamento de nossas pautas e de nosso horizonte sociocultural. Isso se faz cada vez mais necessário, diante das mudanças no perfil das/dos assistentes sociais, o que coloca o risco de serem mais facilmente cooptados/as pelos/as conservadores/as. Tem a ver também com a necessidade de dialogarmos mais com as massas trabalhadoras com as quais as/os profissionais labutam diariamente, no sentido de conhecermos melhor o povo brasileiro. Indo além das nossas instâncias que são, muitas vezes, limitadas às camadas médias urbanas, especialmente nas universidades.

Como disse Marilda: “Nas origens do Serviço Social no Brasil, marcam presença grupos de mulheres das elites burguesas e latifundiárias paulistas e cariocas; progressivamente e concomitante à expansão do mercado profissional de trabalho, esse segmento é deslocado pela crescente presença de segmentos médios; hoje a indicação empírica é predominância de trabalhadores e trabalhadoras. Entretanto, exige pesquisa para responder à indagação: quem somos nós hoje, assistentes sociais brasileiros/as?” (Iamamoto, 2022, p. 38). Tal tarefa cabe, principalmente, às universidades. Mas, ao longo das últimas quatro décadas, as entidades representativas da profissão

vêm se empenhando para conhecer mais o universo profissional por meio de várias estratégias, inclusive a pesquisa. Prova disso foi a que se fez em torno do perfil das/dos assistentes sociais lançada em 2005, que se tornou fonte obrigatória a todos nós, pesquisadores e pesquisadoras. A boa notícia é que acaba de sair em *e-book* uma nova pesquisa sobre o tema, coordenada pelo CFESS, contando com uma amostragem que alcançou cerca de 40.000 profissionais entre as/os cerca de 176.000 inscritas/os e ativas/os. Ainda que o processo investigativo cubra até o ano de 2019, ou seja, antes da pandemia, temos aí um material valioso para pensarmos a nossa profissão na contemporaneidade¹³.

VIII. Um país que não teve infância...

Para finalizar, recorro a Antônio Callado, jornalista e grande escritor, autor do clássico *Quarup*, uma pérola que nos faz pensar, entre outros aspectos, a questão indígena no Brasil. Numa maravilhosa crônica em que faz uma comparação entre o Brasil e os EUA a partir de umas cartas de Eça de Queiroz ao amigo brasileiro Eduardo Prado, Callado pensa o Brasil. Em seu texto, vemos um Eça decepcionado com o nosso país, que parecia *que já estava envelhecido em 1888*, ano em que o grande escritor português viajou por aqui. O Brasil é um *país que não teve infância!* – cravou o grande Antônio Callado. Uma nação que nasce de costas e contra o seu próprio povo, legando instituições de Estado historicamente à serviço das classes dominantes, é uma nação que já nasce caduca, sem futuro.

Um “país que não teve infância” é um país desmemoriado, que busca apagar da história as lutas de seu povo e, mais que isso, procura esmagá-las.

13 Também recentemente, em 2021, foi publicado um relatório técnico intitulado “Evidências do ENADE e de outras fontes – mudanças no perfil do bacharel em Serviço Social” feito pelos colegas Mônica de Jesus Cezar e Ney Luiz Teixeira Almeida, entre outros/as especialistas da Fundação CESGRANRIO. Lá podemos conhecer uma parcela das/os novas/os assistentes sociais que estão aptas/os ao ingresso no mercado de trabalho.

Ao apagá-las, pratica-se uma espécie de, diria José Paulo Netto, “operação borracha” - em alusão à obra *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo - por meio da qual as classes dominantes e seus representantes contribuem para a destruição da memória nacional, como fez o já citado Ruy Barbosa. Muitas fontes apontam que, em 1889, ao assumir o Ministério da Fazenda no governo de Deodoro da Fonseca, mandou queimar todos os documentos alfandegários sobre a chegada de escravizados/as. Mas por que tal atitude, sendo ele um abolicionista? É que estava mais preocupado com as questões financeiras do Estado, por isso, seria necessário destruir provas que pudessem embasar pedidos de indenização por fazendeiros, descontentes com a perda de valor patrimonial representado pelos/as escravizados/as.

Superemos este “país sem infância”, para que, assim, possamos construir um futuro livre. Nós, assistentes sociais, com as “armas” da crítica fornecidas por nosso projeto profissional, temos muito a contribuir com a construção de um Brasil mais generoso.

Marcelo Braz

Natal, 15 de novembro de 2022

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R., BRAGA, R. (Orgs.) *Infoproletários*. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2015.

BEHRING, E. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BRAZ, Marcelo. “A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos”. *Revista Inscrita*, Brasília (DF): CFESS, n. 10, 2007.

_____. “Projeto ético-político e lutas sociais: história em processo”. In Silva, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação Conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.

_____. “Democracia, desigualdades e políticas públicas: Brasil e Europa”. In Teixeira, Solange M. e Joazeiro, Edna M. Goulart (orgs). *Democracia, desigualdades e políticas públicas no capitalismo contemporâneo*. Teresina: EDUFPI, 2021.

CALLADO, A. *O país que não teve infância* - as sacadas de Antônio Callado. Rio de Janeiro: Autentica, 2017.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, F. *Apontamentos sobre a ‘teoria do autoritarismo’*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IAMAMOTO, M. V. “Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora”. In CFESS, *Diálogos do Cotidiano*. Assistente Social. Reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. CFESS: Brasília, 2021.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo*: triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MOTA, A. E. “Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro”. In CFESS, *Diálogos do Cotidiano*. Assistente

Social. Reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. CFESS: Brasília, 2021.

_____. *A luta de classes*. Uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

SODRÉ, N. W. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NETTO, José Paulo. “Das ameaças à crise”. *Revista Inscrita*, Brasília, n. 10, 2007.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

NIKITIN, P. *Economía Política*. Moscou: Linguas Extranjeiras, s.d.

RAICHELLIS, R., et al. (Orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2020.

Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia

Márcia Campos Eurico¹

A presente nota técnica, solicitada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio do expediente nº 33/2021, visa a realizar o cumprimento das deliberações aprovadas na *Plenária Nacional CFESS-CRESS - Etapa de Monitoramento*, realizada entre os dias 3 e 5 de setembro de 2021, e que versam sobre posicionamentos e práticas antirracistas nos eixos: Ética e Direitos Humanos², Formação Profissional³, Fiscalização Profissional⁴, Comunicação⁵, Administrativo Financeiro⁶ e Bandeiras de Luta⁷, ampliando o debate sobre a importância da coleta do quesito raça/cor/etnia no âmbito da pesquisa acadêmica, da intervenção profissional, da produção de documentos técnicos e na elaboração de planos, programas e projetos nas diferentes políticas públicas em que profissionais do Serviço Social desenvolvem suas funções.

¹ Pós-doutoranda em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Assistente Social no INSS. Professora colaboradora no PPG em Serviço Social e Políticas Sociais –UNIFESP/Baixada Santista. Coordenadora do GTP Serviço Social, Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/etnia e Sexualidades ABEPSS - Biênio 2021-2022. Autora do Livro *Racismo na Infância*. E-mail: marciamayza08@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3450-8593>.

² Tema: 13. Comitê de Combate ao Racismo; Tema: 14. quesito raça-cor; Tema: 15. Combate ao Racismo Institucional e Religioso.

³ Tema: 2. Residência em Saúde.

⁴ Tema: 20. Trabalho Profissional e Combate ao Racismo.

⁵ Tema: 8. Combate ao Racismo.

⁶ Tema: 19. Cota para negros nas gestões dos CRESS.

⁷ Em defesa da Seguridade Social; Em defesa da Ética e Direitos Humanos.

A utilização da categoria ‘raça’ é assertiva, pois proporciona a identificação das pessoas conforme seu grupo de origem e desvela os processos de inclusão/exclusão a que elas estão submetidas por serem brancas, negras, indígenas ou asiáticas. A adoção da categoria raça não parte da concepção biológica de ser humano; antes, pressupõe a condição do ser social, a quem se atribuem valores positivos e negativos, com base em uma escala evolutiva, perversamente produzida pelo grupo racial branco. Portanto, a coleta do quesito raça/cor/etnia não é uma falsa questão. As manifestações cotidianas de discriminação e preconceito étnico-racial se constroem, no processo de sociabilidade, a partir da elaboração de um conjunto de atributos físicos, intelectuais, culturais e religiosos, que hierarquizam e definem, a priori, os lugares sociais ocupados por cada grupo em particular. Nesse sentido, a produção de indicadores que possam identificar tais assimetrias é imprescindível no planejamento, execução e avaliação das políticas públicas e no desempenho das atribuições profissionais de assistentes sociais, com vistas a reduzir os impactos do racismo institucional, conforme Eurico (2020). Em relação à cor, cabe assinalar que

Assim como a população branca não tem exatamente a cor branca e nem a população oriental a cor amarela, também a população negra não tem exatamente a cor preta nem a parda. São categorias criadas apenas para classificar os grupos populacionais de diferentes origens étnico-raciais, ou seja, os brasileiros e brasileiras descendentes de europeus, de orientais, de africanos, de indígenas ou da miscigenação (mistura) de dois destes grupos. (CRT DST/AIDS, 2009, p. 12).

Em relação à coleta com base na categoria ‘etnia’, para classificar os diversos grupos raciais, salientamos que se trata de um equívoco, pois raça e etnia não são sinônimos. O que, ao longo das décadas, tem se consolidado é o reconhecimento de que, em determinados grupos de pessoas, a identificação ocorre mais pela herança social e cultural compartilhada, transmitida de geração em geração, e que se expressa nos valores, na linguagem, na preservação de tradições. A título de ilustração, podemos verificar a importância de conhecer e diferenciar as etnias indígenas no Brasil, pois, ainda que nu-

mericamente sejam compreendidas como povos originários, são diversas na forma como estabelecem suas relações cotidianas.

A coleta do quesito raça/cor/etnia é essencial na elaboração de políticas públicas em uma perspectiva antirracista, pois, para além de um indicador, a coleta faz emergir as nuances do silenciamento da desigualdade étnico-racial e da vinculação direta entre acumulação capitalista e racismo. O racismo, enquanto uma construção sócio-histórica, permite que a estrutura de dominação e opressão erigida pelo modo de produção capitalista permaneça intacta.

A formulação de indicadores sobre raça/cor/etnia nas diversas áreas de produção de conhecimento e na formulação das ações profissionais, referenciadas nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, converge com os princípios fundamentais presentes no Código de Ética Profissional da/o Assistente Social, aprovado em 1993. Entre eles, está expresso o compromisso com a luta antirracistas:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [e] XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 24).

A coleta do quesito raça/cor/etnia é uma realidade cada vez mais presente no cotidiano do trabalho profissional e nas equipes multiprofissionais, com os objetivos mais diversos. Ao pautar este debate no Serviço Social, interessa-nos somar com outros setores da sociedade⁸, que há décadas têm de-

8 “Primeiramente o debate sobre o racismo, preconceito e discriminação racial da população negra remete a uma inquietação da sociedade brasileira, sobretudo nos anos de 1980. A conjuntura expressava a ascensão de vários movimentos sociais importantes, dentre os protagonistas estavam os movimentos negros. A Constituinte em 1988 consagra a criminalização do racismo, legitimando a luta antirracista no Brasil, historicamente protagonizada pelas negras e negros. Neste mesmo ano, ocorria a celebração oficial dos 100 anos da Abolição, e o então presidente José Sarney reforça o ‘13 de maio’ como a data celebrativa prestando homenagem à princesa Isabel. Os Movimentos Negros (MN) se organizam nacionalmente com o intuito de desmascarar a falácia da ‘democracia racial’, reforçando seu caráter de mito, e como militante do MN nos engajamos na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição”. (Almeida, 2013, p. 231)

sempenhado papel fundamental na percepção, denúncia e recusa de práticas conservadoras, autoritárias e restritivas de direitos, contra pessoas que têm sua humanidade negada pela branquitude, em virtude de suas características físicas, culturais e religiosas, em razão de integrarem grupos étnico-raciais perseguidos, e são violentamente tratadas desde que a colonização irrompe no novo território.

A apreensão das reais determinações sócio-históricas, que conformam as relações sociais no Brasil, e dos efeitos nocivos da disseminação da ideologia da superioridade racial europeia, oportunizam a elaboração da crítica ao irracionalismo. O racismo é irracional, mas sua validade atende a uma demanda presente na sociedade burguesa, conforme Moura (1988), por excelência conservadora desde que chegou ao poder. A conservação do poder passa pela valorização da democracia racial como símbolo nacional, mas o objetivo principal da miscigenação no pós-abolição propõe clarear a raça, jamais escurecer. Eis a máxima da política do branqueamento, que explica em certa medida a resistência quando o debate se espalha para a coleta do quesito raça/cor/etnia.

Ou seja, resistência que se apegua a formulações do senso comum, influenciadas pelo mito da democracia racial, via miscigenação⁹, como símbolo de unidade da sociedade brasileira ou em teorias pseudocientíficas, que visam a justificar a inferioridade negra e indígena enquanto uma deformidade racial, que mantém tais grupos em situação de desvantagem social, econômica, política, cultural e religiosa. Sob tais bases, é inadmissível, do ponto de vista conservador, perguntar sobre a origem étnico-racial e a cor socialmente atribuída aos diferentes grupos humanos no contexto da sociedade capitalista, na particularidade brasileira.

9 “Dizem [por exemplo] que é impossível implementar cotas para negros no Brasil, porque é difícil definir quem é negro no país por causa da mestiçagem, tendo como consequência a possibilidade da fraude por parte dos alunos brancos que, alegando sua afrodescendência pelo processo de mestiçagem, ocupariam o espaço destinado às verdadeiras vítimas do racismo [...] não acredito que todos os alunos brancos pobres possam cometer este tipo de fraude para ingressar na universidade pública, por causa da força do ideal do branqueamento ainda atuando no imaginário coletivo do brasileiro. Um racista essencialista, psicologicamente convencido da superioridade de sua ‘raça’, não troca de campo com tanta facilidade. Muitos não aceitarão a troca, em nome do chamado orgulho da raça.” (MUNANGA, 2003, pág. 122).

Quesito raça/cor não é sinônimo de pretos/as e pardos/as. Etnia não é sinônimo de indígenas

A coleta do quesito e o preenchimento do campo denominado raça/cor/etnia devem respeitar o critério de autodeclaração do usuário e da usuária, dentro dos padrões utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente são cinco classificações: pretos ou pardos¹⁰ (indivíduos dos dois grupos são considerados negros), brancos, amarelos e indígenas.

A incansável mobilização de setores do movimento negro, sobretudo na segunda metade do século, reposiciona as assimetrias étnico-raciais e exige a adoção de mecanismos concretos e permanentes, que visem a coibir a reprodução do racismo. Racismo que estrutura a sociabilidade no capitalismo e que se alastra pelos espaços institucionais sorrateiramente e corrói os pilares que poderiam equacionar as expressões mais deletérias da questão social no Brasil.

Reiteradamente, os documentos e legislações com os quais trabalhamos apontam para a necessária disseminação de informações acerca da diversidade étnico-racial brasileira e de como a produção de conhecimento deve agir com rigor, para evidenciar no real os impactos de um projeto de sociabilidade que reatualiza, na medida da necessidade da classe dominante, o *modus operandi* para manutenção da desigualdade social, cuja origem remonta ao período da colonização e da escravidão negra e indígena no país.

Dito isso, parte-se da assertiva de que a coleta do dado de raça/cor/etnia tem o mesmo nível de importância que todos os outros dados pessoais (idade, sexo, nível de escolaridade) presentes nos formulários/sistemas/pesquisas e que são perguntados no momento da acolhida, da matrícula no serviço, na elaboração do plano de atendimento individual, na entrevista, na coleta das informações para a pesquisa.

10 “O adjetivo e substantivo “pardo” se destaca como de mais antiga aparição e é definido como “de cor entre o branco e o preto, mulato” (Cunha, 1982). Tanto em português como em espanhol parece derivar do latim *pardus* e do grego *pardos*, com significado leopardo (leão-pardo), pela sua cor obscurecida. Em espanhol é encontrado em citações desde 1073 e em português desde 1111 (Corominas, 1954)” (PETRUCCELLI, 1997, p. 13).

Um exemplo expressivo é o debate sobre a coleta e o tratamento do quesito raça/cor/etnia na saúde pública. Várias assistentes sociais compuseram as equipes multidisciplinares de formação antirracista para profissionais da saúde pública, a partir da década de 1990, promovendo a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009) e da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (2002), além de outras pautas igualmente importantes, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2011)¹¹ e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004)¹².

A vinculação entre racismo e vulnerabilidades em saúde chegou à agenda da gestão pública com mais força após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995. Essa marcha, que levou a Brasília milhares de ativistas de todas as regiões do país, provocou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), reunindo ativistas, pesquisadores e representantes do governo para a formulação de propostas de ação governamental. (2016, p.537).

E quando o assunto é a pesquisa envolvendo seres humanos, a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que é uma ferramenta importante na garantia de princípios bioéticos internacionalmente consagrados, expressa nitidamente a preocupação com a produção de conhecimento alicerçada em valores éticos que preservem os direitos de grupos populacionais historicamente discriminados em virtude de suas características étnico-raciais.

11 Art. 2º A Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem os seguintes objetivos específicos:

I - instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres; (2013, pág. 20).

12 Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf

A resolução do Conselho Nacional de Saúde, ao estabelecer pressupostos para participação em pesquisas sem prejuízos à proteção da dignidade humana, em relação ao Consentimento Livre e Esclarecido, exige que VI.6 – “e) em comunidades cuja cultura grupal reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.” (2012, p. 4). Do que se depreende ser imprescindível adotar medidas específicas ao pesquisar comunidades quilombolas, povos indígenas, populações ribeirinhas, povos ciganos entre outros. O mesmo rigor deve ser adotado em relação ao protocolo de pesquisa, para que este contemple as informações relativas à raça/cor/etnia.

Ainda tratando do reconhecimento e do respeito a diversidade étnico-racial e o rigor nos instrumentais de trabalho que tangenciam a atividade e o cotidiano da/o assistente social, podemos citar as mudanças promovidas na Lei 9.394/96, pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que impõem a obrigatoriedade de estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos de ensino fundamental e médio, de instituições de ensino públicas e privadas.

A modificação nos currículos de ensino passa pelo reconhecimento de que as desigualdades sociais existentes em razão da diversidade étnico-racial apenas podem ser superadas, evidenciando-se as mazelas históricas e sociais a que estão sujeitos tais grupos.

Faz-se necessário que tal seja dito e disseminado, para que se possa apreender as demandas e particularidades inerentes a cada grupo, orientando a formulação de políticas públicas e programas de ação direcionados à superação de tais desigualdades. Além disso, é urgente que a categoria profissional se comprometa com a coleta adequada do quesito raça/cor/etnia nos diversos bancos de dados existentes, a exemplo dos sistemas em funcionamento na política de saúde, assistência social, previdência social, educação, trabalho, entre outras.

Pode-se afirmar que parcela majoritária de profissionais do Serviço Social, em algum momento do seu trabalho, já se deparou com a pergunta sobre raça/cor/etnia em instrumentais, bancos de dados, fichas de notificações diver-

sas, boletins de ocorrência, laudos periciais, assim como a maioria da população foi indagada, em algum momento, sobre o quesito. Do que se depreende que não estamos introduzindo um elemento novo no cotidiano profissional.

As disputas no interior da categoria profissional estão expressas desde sempre e alçaram maior visibilidade com a campanha *Assistentes sociais no combate ao racismo*, ratificando essa concepção, ainda que, no decorrer das ações, diversos discursos e resistências ao tema tenham florescido, o que justifica a ampliação do debate sobre o inequívoco posicionamento da categoria profissional na defesa de um projeto ético-político profissional antirracista.

É certo que a campanha de gestão *Assistentes sociais no combate ao racismo* extrapolou as fronteiras do Conjunto CFESS-CRESS, incidindo também na agenda política das demais entidades representativas da profissão no Brasil, ou seja, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso). Em função disso, inclusive, observa-se que os cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social tiveram ampliado, nesse período, o volume de produções acadêmicas, publicações, disciplinas e ações políticas relacionadas ao tema da questão étnico-racial. (CFESS, 2020, p. 8/9).

O que pretendemos com este documento é oferecer um pano de fundo que pode ser adequado à realidade, respeitando as particularidades regionais, as especificidades de cada área e a necessidade de uniformidade da coleta em âmbito nacional, conforme critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tem apresentado uma regularidade na coleta nas últimas décadas. A classificação étnico-racial não é estanque e se modifica à medida que a própria sociedade avança na análise e apreensão dos impactos da miscigenação¹³ e da desqualificação dos povos indígenas e da população negra no Brasil.

13 Conforme Petruccelli (2007): “O vocábulo “moreno”, da mesma forma adjetivo ou substantivo, “que ou aquele que têm cor trigueira” (Cunha, 1982), também deriva do espanhol procedente de moro, mouro, do latim maurus, habitante da Mauritânia, na sua acepção original, encontrado como apelativo desde o século XIV (Corominas, 1954). De uso mais recente em português, sua aparição é atestada só no século XVI nesta língua (Cunha, 1982)” (p. 14) O autor observa que “A ampla aceitação da categoria moreno, e seus congêneres, embora com caráter marcadamente regional dadas as variações estudadas, reflete o processo descrito no sentido da “produção” de uma cor “média”, quase no sentido estatístico, nas suas múltiplas expressões nuançadas, que se corresponderia com uma teórica abolição dos opostos na liça.” (p. 16).

A classificação atual adotada pelo IBGE retrata a percepção geral sobre os grupos que conformam a sociedade brasileira, cuja atribuição de valor pode ser mais ou menos positiva a partir do grupo racial que se autointitula superior, branco e civilizado. As cores refletem, portanto, a realidade social objetiva, ainda que, na elaboração das respostas, muitas pessoas operem no sentido de negar a cor classificatória, no intuito de fugir das marcas, estigmas e desvantagens associadas ao grupo de pertencimento. Metodologicamente falando, a escolha das categorias atende a uma necessidade de elencar quais delas respondem à realidade de maneira mais abrangente, em detrimento de outras.

Sucintamente apresentamos algumas modificações ocorridas desde o primeiro censo brasileiro:

A investigação de cor ou raça no Brasil inicia-se no Censo Demográfico de 1872 com uma pergunta fechada de autodeclaração valendo-se das categorias usuais à época: branco, preto, pardo e caboclo (essa última categoria destinada à população indígena). No Censo de 1890, “mestiço” substitui “pardo”, que volta a figurar nas investigações de 1940 (indiretamente), 1950, 1960, 1980, 1991, 2000 e 2010. (IBGE, 2011, p.15).

De acordo com Eurico (2020), preta e parda são cores validadas pela sociedade e que, agrupadas nas análises do IBGE, nos permitem identificar o percentual de população negra no Brasil. Analisando os dados do quesito, prevalece a concentração alta da população negra na categoria parda, o que nos desafia a esmiuçar o desafio que é se reconhecer negra/negro/negre diante de uma estrutura racista. A hipótese é de que a alta concentração na categoria parda é resquício da política de branqueamento, cuja centralidade era a valorização do grupo branco e a desvalorização do grupo negro, sinônimo de preto.

A sociedade, em geral, continua a associar a população negra a comportamentos ruins, próprios de pessoas ignorantes, indisciplinadas e violentas. Parda é a categoria transitória, lugar onde as pessoas de pele menos escura podem, se assim desejarem, assumir uma identidade desconectada da sua vinculação com a população negra, o que confere legitimidade à política

do branqueamento, residual na vida brasileira. A contraofensiva de setores do movimento negro vem na intensificação do debate acerca da valorização da negritude e do orgulho de se assumir enquanto pessoa negra, e expressa, oportunamente, na campanha “Não deixe sua cor passar em branco¹⁴”.

Outro dado importante da coleta do quesito raça/cor/etnia e da valorização da diversidade se expressa na campanha “Quem é de Axé diz que é¹⁵”, cujo mote foi o combate ao racismo religioso, presente no silenciamento acerca do livre exercício de culto em uma sociedade como a brasileira, secularmente violenta quando o assunto é a liberdade religiosa das pessoas que mantêm as tradições sagradas expressas nas religiões de matriz africana e afro-brasileiras.

A categoria “amarela” entra nos censos em 1940, para dar conta da imigração asiática no Brasil (IBGE, 2011, p.15). Acerca da vinda de asiáticas e asiáticos para o Brasil, Seyferth expõe o quanto a classe dominante é refratária à expropriação da força de trabalho daquelas pessoas, mas permanece receosa quanto aos cruzamentos interracialis e à miscigenação, que também levariam à degeneração da raça branca. Há uma preferência explícita pela imigração japonesa, que foi substancial no período compreendido entre 1908 e 1930, em oposição a outros povos asiáticos, considerados de caráter duvidoso. “O problema, mais uma vez, é o possível resultado ‘negativo’ da miscigenação (o medo de ‘amarelar’ o futuro povo brasileiro) (2002, p. 138)”.

A categoria indígena entra na investigação censitária a partir de 1980, conforme Petruccelli (2007), enquanto um dado fundamental para se pensar políticas públicas específicas. A coleta qualificada da população indígena tem como um dos objetivos desarticular o mito de que os povos indígenas estão em extinção, ainda que reconheçamos o quanto a violência estrutural os atinge visceralmente. Além disso é essencial considerar que *“esta classificação se aplica tanto aos indígenas que vivem em terras indígenas, como aos*

14 Slogan da campanha criada por **setores do movimento negro durante o recenseamento de 1991**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/nao-deixe-sua-cor-passar-em-branco-o-que-esperar-para-o-censo-de-2010/> Acesso em 30 jul. 2022.

15 Slogan para reforçar a importância da autoidentificação de pessoas que participam das religiões de matriz africana, a exemplo da Umbanda e do Candomblé, durante o recenseamento de 2010. Disponível em <https://www.geledes.org.br/quem-e-de-axe-diz-que-e/> Acesso em 30 jul. 2022.

que vivem fora delas (IBGE, 2011, p.15)”.

Para diversas lideranças indígenas, a autodeclaração de membros das comunidades indígenas, sobretudo em contexto urbano, como pardos, se configura como uma armadilha que secularmente busca “invisibilizar” o grupo. O reconhecimento público da origem indígena é o mote da campanha, por ocasião do Censo 2022 do IBGE, veiculada agora em 2022: “*Não sou pardo, sou indígena*”¹⁶, com o intuito de denunciar a carência de dados mais precisos sobre suas realidades, para a formulação de políticas públicas específicas às suas demandas.

Em vez de se caracterizar como um procedimento meramente técnico, a pergunta sobre o quesito raça/cor/etnia reflete escolhas ético-políticas que se evidenciam na formulação das questões, na metodologia utilizada e nas possibilidades de respostas a ser fornecidas pela pessoa entrevistada. Portanto, ao coletar há que se ter em mente a correlação de forças presentes em um país estruturalmente racista, onde raça/cor/etnia não se resumem a uma percepção absolutamente objetiva da demografia brasileira.

Desmistificando a coleta do quesito raça/cor/etnia: questões metodológicas

Ao indagar uma pessoa sobre o seu perfil étnico-racial, à luz dos critérios do IBGE, nos deparamos com cinco alternativas: branca, preta, parda, amarela ou indígena. O primeiro passo é naturalizar a pergunta, assim como ocorre com outros dados pessoais. É preciso estar convicta/o de que a coleta desta informação é parte fundamental do processo de identificação das pessoas com as quais nos deparamos, enquanto assistentes sociais, no espaço acadêmico, no mundo do trabalho, na execução das políticas públicas, no campo de estágio, nos projetos de extensão e nas instâncias deliberativas da profissão. É preciso conhecer nossas raízes, nossa diversidade e aprender a expandir os horizontes a partir delas.

16 Campanha de mobilização organizada por líderes indígenas orientando os povos nativos de todo o país a se autodeclararem indígenas durante o recenseamento que está em andamento neste ano de 2022. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/610763-nao-sou-pardo-sou-indigena-mobilizacao-indigena-para-autodeclaracao-no-censo-de-2022>. Acesso em 30 jul. 2022.

A coleta oportuniza a identificação, o cadastramento e o mapeamento do perfil das pessoas com as quais a profissão realiza interlocuções e é uma ferramenta essencial para a formulação de políticas públicas.

Contudo, a coleta só tem sentido se for entendida como uma via de mão dupla, em que assistentes sociais e população em geral interagem e se colocam em condição de igualdade, mediados por uma dada visão de mundo que valoriza e respeita a diferença como algo inerente à condição humana e como possibilidade real de produção de uma nova sociabilidade, livre de todas as formas de exploração, opressão e dominação.

O critério adotado na coleta deve ser o da autodeclaração, o que significa que a própria pessoa tem autonomia para indicar a própria cor/raça/etnia e a profissional assume a responsabilidade de dialogar sobre eventuais dúvidas e/ou incômodos em relação à pergunta. Nesse sentido, é importante ter em mente que o registro do dado não ocorre apenas nos períodos de recenseamento do IBGE. Diversos órgãos públicos e privados incorporaram o quesito nas suas rotinas de trabalho, o que pode abrir o diálogo sobre quem recai o estranhamento em coletar dados sobre raça/cor/etnia da população. As pessoas são resistentes, quando indagadas, ou assistentes sociais são resistentes em perguntar?

Se afirmamos que a coleta não tem caráter meramente informativo, a resistência pode estar vinculada ao não tratamento do dado nos espaços de trabalho. E esse é um debate mais profundo, pois os setores do movimento negro que encamparam a luta pela identificação da população negra e dos demais grupos populacionais tinham e têm o interesse em denunciar os impactos do racismo estrutural e institucional sobre os grupos étnico-raciais nas diferentes etapas da vida, na condição de classe social, na hierarquização de gênero, entre outras interseções.

Há uma intencionalidade na coleta e uma dimensão política que requer compromisso na abordagem e no uso de metodologias que possam uniformizar as informações e permitir dados cada vez mais fidedignos, reduzindo os impactos da heteroclassificação (quando a identidade é atribuída por terceiros), sem as devidas mediações. O ideal é que a própria pessoa indique entre as cinco categorias utilizadas pelo IBGE e que os formulários ofe-

reçam apenas essas opções, refutando a utilização dos campos “ignorado”, “outros”, “ausente”. Em situações específicas, deve-se adotar a heteroclassificação quando a pessoa está impossibilitada de se manifestar, sendo necessário indagar à pessoa por ela responsável sobre o quesito raça/cor/etnia. Podemos agrupar nas exceções informações sobre pessoas recém-nascidas, óbitos, registro de pacientes em coma, entre outros.

Outro aspecto relevante trata da possibilidade de resistência no momento da autoclassificação e da elaboração de estratégias exitosas para quebrar essa barreira e abrir o diálogo sobre relações étnico-raciais no Brasil. Caso haja desconhecimento quanto aos critérios adotados pedagogicamente, devem-se apresentar as categorias e sanar dúvidas, tais como o fato de não haver a categoria negra no quesito raça/cor/etnia, uma vez que a cor equivale à raça e, em relação à população negra, o IBGE agrupa como respostas as cores preta e parda.

O mesmo acontece quando há dúvidas referentes à categoria etnia, que nem sempre está presente nas estatísticas e que faz referência a grupos que se diferenciam muito mais pelas tradições, costumes, cultura, do que pela cor propriamente dita, a exemplo dos povos indígenas, ciganos, entre outros. As divergências quanto ao que observamos, na condição de entrevistadores/as, e aquilo que a pessoa responde também devem ser objeto de diálogo. Muitas vezes a autoclassificação está equivocada, porque a pessoa não compreende a base de formulação das categorias e sua historicidade. Se não for este o caso, cabe à/ao profissional assinalar aquilo que foi declarado.

A recusa reiterada de introdução da coleta do quesito raça/cor/etnia, a atribuição da classificação a partir da percepção das/os profissionais, a desqualificação da informação no momento da pergunta, no âmbito das diversas instituições, são típicas expressões do racismo institucional, que por diversas vias inviabiliza o acesso em condições de igualdade aos grupos, em virtude da sua cor, raça ou etnia, nas diversas faixas etárias.

A coleta do quesito raça/cor/etnia é dinâmica, está inserida no movimento do real e expressa projetos societários em disputa, porque implica em conferir materialidade às assimetrias étnico-raciais, que o cotidiano de trabalho revela, via de regra, empiricamente. Assistentes sociais, ao ser pro-

vocadas/os a coletar dados sobre população negra, branca, indígena e asiática, se deparam com indicadores que expressam o modo como as relações étnico-raciais se desenvolvem no cotidiano das instituições. E ao identificar o modo como a desigualdade étnico-racial opera em distintos espaços de trabalho, pode incidir de maneira qualificada, para além de uma intervenção pragmática ou messiânica. E por fim, devemos assinalar que a autodeclaração é um direito e a coleta do quesito raça/cor/etnia a mediação necessária para materializar, no trabalho profissional, ações antirracistas.

Referências

ALMEIDA, M. S. Pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social. Entrevista com Magali da Silva Almeida. In: *Revista Libertas*, R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

CFESS Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CFESS. “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo – O Livro”. Brasília: 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-Livro-CampanhaCombateRacismo.pdf?fbclid=IwAR39ubYgDu310BP6C0mty-TARrfpZ050A5eE0iuXZaAr-iUsRrhNsBanF6dQ>. Acesso em 02 mar 2022.

CRT DST/AIDS. Como e para que Perguntar a Cor ou Raça/Etnia no Sistema Único de Saúde? Série: Prevenção às DST/aids. São Paulo: 2009. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDUxNA%2C%2C>. Acesso em 02 mai. 2022.

EURICO, M. C. Racismo na infância. São Paulo: Cortez, 2020.

IBGE. Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça: 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Manual do Recenseador - Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2311.pdf.

MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (orgs) Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

PETRUCCELLI, J. L. A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: DPA, 2007.

SEYFHERT, G. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. Revista USP, n. 53, p. 117-149, mar.-maio/2002.



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

ISBN: 978-65-86322-09-5

CDL



9 786586 322095